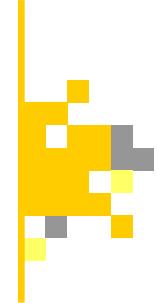


## ENTREVISTA

### Tariq Dana

(Professor Assistente de Estudos sobre Conflitos e Humanitarismo,  
Doha Institute for Graduate Studies, Doha, Catar)



#### Sobre o entrevistado

Tariq Dana é Professor Assistente de Estudos sobre Conflitos e Humanitarismo no Doha Institute for Graduate Studies e docente adjunto na Northwestern University, no Catar. Atuou como diretor do Centro de Estudos de Desenvolvimento da Universidade Birzeit e como pesquisador sênior no Instituto Ibrahim Abu-Lughod de Estudos Internacionais, no Graduate Institute of International and Development Studies, em Genebra, e na School of Oriental and African Studies.

#### About the interviewed

Tariq Dana is Assistant Professor of Conflict and Humanitarian Studies at the Doha Institute for Graduate Studies, and an adjunct lecturer at Northwestern University in Qatar. He served as the director of the Center for Development Studies at Birzeit University and as a senior research fellow at the Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies, the Graduate Institute of International and Development Studies in Geneva, and the School of Oriental and African Studies.

ORCID: 0000-0003-0404-7378

E-mail: [tariq.dana@dohainstitute.edu.qa](mailto:tariq.dana@dohainstitute.edu.qa)

Instituição: Doha Institute for Graduate Studies  Doha, Catar

#### Entrevista com Tariq Dana: Gaza, Ordem Mundial e Pesquisa sobre Palestina

#### Introdução<sup>1</sup>

À luz da atual campanha genocida de Israel em Gaza, conversamos com o Dr. Tariq Dana, Professor Assistente de Estudos sobre Conflitos e Humanitarismo no Instituto de Pós-Graduação de Doha e membro do Conselho Político e do Comitê Editorial da *Al-Shabaka: The Palestinian Policy Network*, think tank palestino. Dana visitou o Brasil a convite do Centro de Estudos Palestinos (CEPal) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), para participar do seminário internacional “Racismo, Colonialismo e Genocídio na Palestina”, realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2024, em São Paulo. Durante sua estadia no país, organizamos a mesa-redonda intitulada “Gaza e a Ordem Mundial: Como Pesquisar a Palestina”, realizada no dia 29 de novembro de 2024 no

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais São Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). O evento reuniu estudantes de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais para uma conversa aberta e crítica. O resultado da mesa-redonda é a entrevista a seguir, na qual Dana reflete sobre os desafios da produção de conhecimento sobre a Palestina, as dimensões globais da Questão Palestina, a resistência e a política palestinas, e o papel persistente da dominação dos Estados Unidos no Oriente Médio. Ele oferece uma perspectiva crítica sobre como as estruturas internacionais de poder se entrelaçam com as realidades palestinas e sobre o que significa pesquisar a Palestina no contexto de genocídio, colonialismo e injustiça epistêmica.

### Produção de Conhecimento sobre Palestina

#### Isabela Agostinelli:

Obrigado por aceitar nosso convite para esta conversa. Por favor, conte-nos um pouco sobre sua experiência como um pesquisador palestino.

#### Tariq Dana:

Obrigado, Isabela. Fico feliz por fazer parte desta conversa. Deixe-me começar enfatizando algo fundamental: ser um pesquisador palestino significa trabalhar sob restrições estruturais profundamente enraizadas, que moldam — e

muitas vezes obstruem — o próprio processo de produção de conhecimento. Carrego a identidade e a responsabilidade de um acadêmico palestino e, paradoxalmente, sou impedido de acessar grandes partes da Palestina. O trabalho de campo, essencial para uma pesquisa ancorada na realidade, torna-se um enorme desafio. Por exemplo, não tenho permissão para entrar em Jerusalém, uma cidade carregada de simbolismo e central tanto para a história quanto para os desenvolvimentos políticos contemporâneos da Palestina. Devido a essas restrições, frequentemente sou obrigado a mobilizar recursos adicionais para realizar minha pesquisa: contrato assistentes de pesquisa ou colaboro com colegas que vivem em áreas às quais não posso acessar. Dependendo de dados, anotações de campo e entrevistas coletadas por outros, o que significa que grande parte do meu trabalho é mediado. E essa mediação não é apenas logística, é epistemológica. Ela revela um sistema mais amplo de controle que limita nossa capacidade de falar por nós mesmos, de pesquisar nossas próprias histórias e acessar nossas próprias geografias.

Então, nesse contexto, pesquisar sobre a Palestina, como palestino, nunca é apenas um exercício acadêmico. Torna-se uma luta por acesso epistêmico. Trata-se de afirmar nosso direito de produzir conhecimento em nossos próprios termos, apesar de sermos sistematicamente privados das ferramentas, espaços e liberdades

para fazê-lo. É uma forma de resistência ao apagamento intelectual, aos marcos coloniais que nos transformam em objetos de estudo em vez de produtores de teoria e conhecimento.

Também temos que enfrentar o terreno ideológico mais amplo no qual o conhecimento sobre a Palestina é produzido e disputado. Pesquisar a Palestina não é como pesquisar qualquer outro tema. É intrinsecamente politizado porque confronta as próprias estruturas do poder global, do capitalismo racial e da dominação colonial. O campo acadêmico, apesar da sua autoimagem como um espaço de investigação crítica livre e objetiva, está profundamente implicado nessas estruturas. Há um mito persistente de que a produção acadêmica é desinteressada e objetiva, mas quando se trata da Palestina, esse mito desmorona sob o peso do controle institucional.

Tome como exemplo o caso de acadêmicos que descreveram com precisão as ações de Israel em Gaza após 7 de outubro de 2023 como genocídio. Muitas dessas intervenções, fundamentadas tanto em estudos jurídicos quanto nos estudos sobre genocídio, foram rejeitadas sumariamente por periódicos acadêmicos, sem justificativa clara ou engajamento substancial, mesmo sendo metodologicamente sólidas, teoricamente rigorosas e eticamente urgentes. Ainda assim, o simples enquadramento — nomear como genocídio, invocar o colonialismo de

assentamento — é tratado como desqualificante.

Isso não é apenas uma discordância acadêmica. Reflete um viés ideológico mais profundo que governa o que é considerado conhecimento legítimo. O uso do marco do colonialismo por povoamento, apesar de seu crescente reconhecimento entre acadêmicos críticos, é frequentemente visto como provocativo ou político demais para os espaços acadêmicos tradicionais. Mas esse desconforto revela mais sobre as instituições do que sobre a própria estrutura analítica. O que se resiste não é o método, mas as implicações políticas da análise. Nomear a violência israelense pelo que ela é — colonial, eliminatória, genocida — desestabiliza as narrativas dominantes e expõe a cumplicidade das instituições acadêmicas e políticas que há muito tempo justificam ou suavizam essa violência.

Nesse sentido, a marginalização da produção crítica sobre Palestina é estrutural. Ela serve para proteger epistemologias dominantes que enquadram Israel como uma democracia liberal sob ameaça, em vez de um projeto colonial de povoamento envolvido em limpeza étnica contínua e expansão territorial. Qualquer análise que desafie esse enquadramento — especialmente aquelas que destacam a agência e a história palestinas — é recebida com desconfiança, quando não com censura direta. Por isso, fazer pesquisa sobre a Palestina nunca é apenas um exercício intelectual. É um ato político, que

confronta os limites institucionais do que é considerado conhecimento aceitável.

Essa dinâmica é especialmente acentuada no contexto palestino, onde a luta não é apenas por terra ou soberania, mas também pela forma como ideias, discursos e narrativas são construídos. Tome, por exemplo, o termo “conflito israelense-palestino”. À primeira vista, parece neutro ou equilibrado, mas, na verdade, impõe uma falsa simetria, sugerindo que estamos diante de uma disputa entre duas partes iguais, com poder, recursos e forças militares comparáveis. Esse enquadramento apaga as estruturas fundacionais de desapropriação e dominação. Ele oculta a realidade do colonialismo de assentamento, da ocupação militar e do apartheid. Por isso, eu — como muitos outros — rejeito completamente esse termo. O que enfrentamos não é um conflito no sentido tradicional, mas sim um processo colonial violento, contínuo, enraizado na assimetria e na injustiça estrutural.

E isso não é apenas uma questão semântica. A linguagem molda possibilidades políticas. Quando enquadramos a Palestina como um “conflito”, transformamos o colonialismo por povoamento em um mal-entendido; transformamos a violência estrutural em episódios lamentáveis; transformamos o genocídio em dano colateral. Esse tipo de higienização discursiva permite a impunidade contínua. Esvazia a história e oculta o poder. Acadêmicos críticos —

especialmente os palestinos — têm a tarefa de contestar os próprios termos pelos quais nossas realidades são representadas. É por isso que o campo acadêmico se torna, ele próprio, um espaço de luta.

Gostaria também de acrescentar que uma das limitações da literatura acadêmica existente é a tendência a hiperlocalizar a Palestina. É claro que é vital centralizar as vozes e experiências vividas dos palestinos, mas também precisamos situar a Palestina em contextos históricos e globais. A Palestina não é uma anomalia isolada; ela está inserida nas heranças do colonialismo, do capitalismo global, do sistema internacional e das resistências transnacionais. O que torna o caso palestino distinto é que ele incorpora formas clássicas e contemporâneas de colonialismo por povoamento. Trata-se de um projeto de estágio tardio que persiste no século XXI, mas que se apoia fortemente na lógica, na infraestrutura e na ideologia de formações coloniais anteriores. Em muitos aspectos, representa uma forma híbrida de colonialismo de povoamento — contínuo, incompleto e profundamente entrelaçado com os interesses imperiais ocidentais na região.

**Isabela Agostinelli:**

Quero te perguntar sobre a situação atual do campo acadêmico dos Estudos sobre a Palestina. Como esse campo específico pode contribuir para a descolonização e a libertação da Palestina?

**Tariq Dana:**

Os Estudos sobre Palestina desempenham um papel transformador, não apenas ao aprofundar a compreensão acadêmica, mas também ao confrontar as estruturas de conhecimento que sustentam a violência colonial. Esse campo não se limita a documentar eventos ou produzir conhecimento descritivo; trata-se de contestar ativamente as narrativas dominantes e de desestabilizar os fundamentos epistemológicos que historicamente apagaram ou distorceram a experiência palestina.

Uma das contribuições centrais dos Estudos sobre Palestina é sua capacidade de desafiar os marcos coloniais que dominam a forma como a Palestina é estudada, ensinada e debatida — seja nas instituições acadêmicas, nos círculos de formulação de políticas ou na mídia. Isso significa que também estamos engajados na descolonização do próprio conhecimento. Estamos, em certo sentido, reivindicando o direito de teorizar a partir da nossa própria localização, de falar como produtores de pensamento crítico. E isso é profundamente importante porque, por décadas, instituições sionistas e *think tanks* ocidentais moldaram a compreensão global sobre a Palestina. Eles exportaram um discurso que apresenta o colonialismo por povoamento israelense como democracia, a ocupação militar como autodefesa e a resistência palestina como terrorismo. Esse enquadramento também se

infiltrou na linguagem acadêmica, especialmente na forma como a Palestina é frequentemente retratada como um “conflito” — e não como uma situação colonial. Como pesquisadores nesse campo, nossa tarefa é recusar esses eufemismos e expor os sistemas de dominação que eles procuram ocultar.

Os Estudos sobre a Palestina contribuem para a descolonização ao insistirem em nomear as coisas com clareza: colonialismo por povoamento, apartheid, limpeza étnica, genocídio, entre outros. Ao fazer isso, o campo força a abertura de espaço dentro do discurso acadêmico e político para debates críticos que há muito tempo foram silenciados ou marginalizados.

Também é importante enfatizar que esse trabalho não ocorre de forma isolada. Os Estudos sobre Palestina devem permanecer enraizados nas vidas e nas lutas dos palestinos no território, mas também precisam construir conexões com outras lutas — incluindo com povos indígenas que enfrentam o colonialismo por povoamento na América do Norte e com comunidades que resistem ao capitalismo racial no Sul Global. Dessa forma, o campo torna-se parte de uma constelação intelectual e política mais ampla, com o objetivo de articular resistências locais a estruturas e solidariedades globais.

E quero ser muito claro: a produção acadêmica sobre a Palestina é uma forma de luta. Isso não significa comprometer o rigor ou produzir

panfletos, mas sim ser honesto sobre o que está em jogo em nosso trabalho. Todo conhecimento é político. A ideia de que algumas pesquisas são “científicas”, enquanto outras são descartadas como “ativistas”, é em si uma distinção profundamente ideológica. Vemos isso o tempo todo. Por exemplo, pesquisas financiadas por instituições como o Banco Mundial, que promovem reformas neoliberais, são tratadas como objetivas — mesmo quando seus efeitos são devastadores: privatização de serviços públicos, aprofundamento da pobreza, desmonte dos direitos trabalhistas. Enquanto isso, pesquisas que criticam esses resultados são deslegitimadas como excessivamente políticas.

Então, o que estou dizendo é que os Estudos sobre a Palestina precisam recusar esses dois pesos e duas medidas. Devem insistir em seu direito de intervir tanto nos debates acadêmicos quanto nas realidades materiais que esses debates ajudam a moldar. Isso significa engajar-se com a economia política da ocupação, com os atores regionais e internacionais que viabilizam o colonialismo israelense e com os sistemas de vigilância, militarização e normalização que o sustentam. Ao mesmo tempo, é necessário apoiar e amplificar as tradições intelectuais e políticas que sempre existiram dentro da sociedade palestina — do pensamento crítico à análise feminista e organização popular de base. E é exatamente nesse ponto que os Estudos sobre

Palestina devem desempenhar um papel transformador.

### **Palestina Global**

#### **Isabela Agostinelli:**

Você mencionou que a Palestina não é uma questão local. Claro, ela tem suas particularidades, mas você situa a Questão Palestina dentro de um quadro mais amplo, global. Em um artigo recente publicado na revista *Capital & Class*, intitulado “*Death Dealers: Dynamics of Israel’s Permanent Economy*”,<sup>2</sup> você afirmou que a economia de guerra é parte integrante das estruturas e funções do colonialismo por povoamento israelense. Você poderia, por favor, explicar com mais detalhes o que exatamente é uma economia de guerra permanente e como ela funciona em Israel? Mais especificamente, em que ela difere da economia de guerra permanente dos Estados Unidos, por exemplo? O que é único no caso israelense?

#### **Tariq Dana:**

Claro, e agradeço a pergunta porque ela vai ao cerne do argumento que desenvolvi no meu artigo para a *Capital & Class*. O conceito de “economia de guerra permanente” é fundamental para entender Israel como um projeto militarizado de colonização por povoamento, cuja própria sobrevivência depende da reprodução contínua da

guerra, do militarismo e do controle coercitivo, tanto interna quanto externamente.

Vamos começar pelo que queremos dizer com “economia de guerra permanente”. O termo surgiu pela primeira vez durante a Segunda Guerra Mundial para descrever a reorientação de toda a base industrial dos Estados Unidos para a produção militar. Mas o que começou como uma medida temporária de guerra rapidamente se transformou em um sistema permanente, especialmente com o surgimento do complexo industrial-militar. Os EUA continuaram produzindo armas, construindo bases e exportando armamentos mesmo em tempos de paz, porque a guerra e suas infraestruturas são parte integrante da acumulação de capital.

Israel adotou esse modelo desde cedo, mas de uma forma singularmente intensificada. O que torna Israel distinto é que sua economia de guerra não apenas se desenvolveu paralelamente ao Estado. Ela foi fundacional para ele. Mesmo antes de 1948, o movimento sionista já havia estabelecido uma indústria de armamentos, como as oficinas clandestinas Ta'as, que mais tarde evoluíram para grandes empresas estatais militares. Desde o início, a liderança sionista, de Jabotinsky a Ben-Gurion, fez da supremacia militar a pedra angular de sua visão. A infame doutrina da “Muralha de Ferro” de Jabotinsky, por exemplo, argumentava explicitamente que a colonização da Palestina exigia um poder militar avassalador e

contínuo para subjugar a população nativa, não apenas fisicamente, mas também psicologicamente. Ben-Gurion institucionalizou essa lógica por meio da doutrina de segurança israelense, que enfatizava guerras rápidas e decisivas e a superioridade militar permanente.

Ao contrário das potências coloniais clássicas, que operavam a partir de uma metrópole (como Londres ou Paris), Israel é uma colônia de assentamento sem metrópole. Em vez disso, construiu alianças com potências imperiais — primeiro com a Grã-Bretanha e depois com os Estados Unidos — funcionando como um *proxy* nodal para os interesses imperiais ocidentais na região. Essa aliança proporcionou a Israel um vasto apoio militar e econômico. Entre 1948 e 7 de outubro de 2023, a ajuda militar dos EUA a Israel superou os 107 bilhões de dólares, tornando Israel o maior beneficiário da ajuda americana na história. Desde 8 de outubro de 2023, os Estados Unidos forneceram a Israel mais de 25 bilhões de dólares em ajuda militar direta, além de vários bilhões em apoio indireto — incluindo o envio de frotas navais, operações e ataques militares conjuntos contra alvos no Irã e no Iêmen, drones de vigilância e a ativação de sistemas avançados de defesa, como o THAAD.

O que distingue a economia de guerra permanente de Israel do modelo dos EUA não é apenas a escala, mas também o grau de integração do militarismo em todas as esferas da vida social,

econômica e política. Israel figura recorrentemente entre os primeiros colocados no Índice Global de Militarização. O militarismo não se restringe ao exército ou à indústria militar; ele permeia a educação, a cultura, a economia e até a cidadania. Por exemplo, unidades militares de elite como a Unidade 8200 — o setor de ciberinteligência do exército israelense — funcionam como incubadoras para o setor de alta tecnologia israelense. Ex-integrantes dessa unidade fundam startups, recebem investimentos de capital de risco e dominam o mercado global de cibersegurança. É por isso que, quando se chama Israel de uma “nação startup”, muitas vezes se ignora o fato de que essa inovação tem origem em tecnologias militares e é testada por meio da violência colonial.

E é aqui que Gaza se torna central. Desde a imposição do bloqueio em 2007, Gaza tem funcionado como um laboratório vivo para a economia de guerra israelense. Cada agressão de grande escala, como Chumbo Fundido (2008–2009), Margem Protetora (2014) e, especialmente, a atual campanha genocida iniciada em outubro de 2023, envolveu o uso de novos sistemas de armamentos e ferramentas de vigilância. Essas ferramentas utilizadas no genocídio também são transformadas em produtos a serem comercializados globalmente como “testados em combate”. O genocídio em curso em Gaza marca uma escalada especialmente perturbadora da

experimentação em assassinatos em massa.

Por exemplo, durante o recente genocídio, Israel utilizou sistemas de armas baseados em inteligência artificial (IA), como o *The Gospel* e o *Lavender*. Esses softwares geraram listas de alvos e facilitaram ataques a milhares de residências civis em questão de segundos, com supervisão humana mínima. Muitos já descreveram isso como o primeiro genocídio conduzido por IA. Trata-se não apenas de um desenvolvimento aterrorizante no campo da guerra, mas também de um modelo de negócios. É de se esperar que tecnologias como o *Lavender* passem agora a integrar as exportações globais de Israel, vendidas a regimes em todo o mundo sob o falso rótulo de eficiência e “precisão”.

Isso nos leva à chamada “diplomacia das armas”. Israel tem utilizado seu aparato de segurança não apenas para manter o controle sobre os palestinos, mas também para conquistar legitimidade geopolítica. Historicamente rejeitado por grande parte do Sul Global, Israel penetrou gradualmente nesses países armando milícias direitistas e terroristas, regimes autocráticos e forças de contrainsurgência. Da América Latina à África, do Sudeste Asiático ao Oriente Médio, as armas e os treinamentos israelenses foram centrais em alguns dos episódios mais violentos dos séculos XX e XXI, incluindo o genocídio em Ruanda e a perseguição aos Rohingyas em Mianmar.

Nos últimos anos, essa estratégia se expandiu para o mundo árabe. Tome-se, por exemplo, o caso dos Emirados Árabes Unidos: mesmo antes da normalização formal das relações, o país já importava sistemas de vigilância israelenses, como o *Falcon Eye*, que hoje cobrem Abu Dhabi com reconhecimento facial em tempo real. Essas tecnologias foram desenvolvidas ao longo de décadas de controle e experimentação sobre os palestinos e agora são comercializadas como soluções prontas para o controle populacional.

Assim, a normalização cumpre um papel ideológico perigoso. Ela busca apagar a natureza colonial do Estado israelense ao integrá-lo a redes de poder regionais e globais. Isso é especialmente significativo no contexto do contínuo processo de despossessão do povo palestino e do genocídio em Gaza. Em vez de isolar Israel, muitos regimes árabes aprofundaram seus laços com o país justamente durante a guerra. Isso nos revela algo importante: para muitos governos árabes, especialmente aqueles com orientações autocráticas e neoliberais, o valor do Estado israelense reside em sua expertise em controle populacional e guerra. Israel torna-se um modelo a ser emulado e um parceiro de quem se compra, não apesar de sua colonização da Palestina, mas *por causa dela*.

Portanto, para responder diretamente à sua pergunta: a economia de guerra permanente

de Israel é única porque é estruturalmente necessária para a continuidade de seu projeto colonial. Não se trata apenas da violência colonial contra os palestinos e contra as populações da região, mas também de expansão, dominação e lucro. Trata-se de transformar a violência militar em capital, e de transformar os corpos e geografias palestinas em campos de testes para a dominação do capital global. E, ao contrário de outros países, cujas guerras são muitas vezes episódicas, Israel mantém um estado constante de guerra, com Gaza em seu epicentro. É por isso que entender a economia de guerra é fundamental para compreender como o capitalismo e o colonialismo operam hoje, não apenas na Palestina, mas globalmente.

#### **Resistência e Política Palestinas**

##### **Bruno Huberman:**

Quero ouvir você falar sobre a resistência. Você já escreveu sobre as transformações no movimento nacional, o papel desempenhado pela burguesia corrompida que colabora com os israelenses, e pelas ONGs que promoveram a agenda da assistência internacional e da ajuda humanitária, sem de fato realizar uma resistência voltada à libertação. E então tivemos o 7 de outubro de 2023. A situação do Hamas e seu papel atual está um tanto incerta, especialmente no que

diz respeito à continuidade da resistência. Diante desse cenário, com a Fatah colaborando com Israel, a burguesia colaborando com Israel, o contexto das ONGs e a resistência armada, cuja situação permanece indefinida após o genocídio, como você enxerga a resistência na luta por liberdade a partir deste ponto em que nos encontramos? Olhando para o futuro, como você vê isso?

**Tariq Dana:**

O que posso afirmar com certeza é que a resistência vai persistir. Ela sempre persistiu, apesar de um século de tentativas para esmagá-la. Frequentemente tomamos 1948 como ponto de partida, mas a resistência palestina é anterior a isso. Remonta à Declaração de Balfour em 1917 e, ainda antes, à chegada dos primeiros colonos sionistas à Palestina no final do século XIX. Isso nos mostra que a resistência nunca foi uma resposta reativa ou esporádica; ela é uma práxis contínua e em constante evolução, enraizada na realidade vivida da colonização.

Essa resistência assumiu muitas formas: luta armada, levantes populares, mobilização comunitária, atos cotidianos de recusa e afirmação cultural. E, repetidas vezes, vários mecanismos — políticos, econômicos e militares — foram usados para desmontá-la ou domesticá-la. Mas nenhuma dessas estratégias conseguiu apagar a vontade de resistir. O objetivo das estratégias de

contrainsurgência, especialmente desde os Acordos de Oslo, tem sido eliminar a resistência ao destruir as próprias condições que permitem sua existência, por meio da fragmentação, pacificação e cooptação, ou por meio da violência e de campanhas genocidas. E aqui está a estratégia política mais profunda: liquidar a causa palestina física, epistemológica e politicamente.

Eu cresci durante a Primeira Intifada e a lembro como o período mais formativo e inspirador da minha vida. Apesar da repressão israelense e da completa ausência de uma estrutura estatal, os palestinos se organizaram em massa. Havia comitês populares para educação, saúde, trabalho e segurança. Havia um profundo senso de solidariedade coletiva e autossuficiência. Quando Israel fechou a Universidade de Birzeit e outras, criamos o que chamávamos de educação popular. Estudávamos em casas, jardins e cafés. Aquilo foi uma expressão de vida política autônoma. Era a sociedade civil em sua forma mais significativa e enraizada.

Os Acordos de Oslo buscaram desmontar exatamente esse modelo de resistência autônoma. E fez isso ao introduzir uma forma sofisticada de governo colonial indireto. O colonialismo tradicional, como visto nos contextos britânico ou francês, envolvia ou o domínio direto — quando as potências coloniais construíam instituições e governavam abertamente — ou o domínio indireto, em que cooptavam elites locais, líderes

tribais ou religiosos para administrar o controle colonial em seu nome. Israel inicialmente não conseguiu desenvolver uma classe local para desempenhar esse papel intermediário. Mas, com Oslo, isso foi possível. Israel conseguiu cooptar um segmento importante do próprio movimento nacional palestino, particularmente a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Fatah, transformando-os em uma estrutura governamental sob ocupação, o que hoje é chamado de Autoridade Palestina (AP).

Isso é algo sem precedentes na história colonial. Estamos testemunhando um movimento de libertação nacional, que antes representava aspirações revolucionárias, sendo transformado em um braço administrativo do ocupante. Edward Said percebeu isso com clareza em seu ensaio *"The Morning After"*,<sup>3</sup> escrito poucas semanas após a assinatura de Oslo. Ele alertou que a OLP havia se tornado o executor de Israel, e não um representante da soberania palestina. Azmi Bishara<sup>4</sup> aprofundou essa crítica ao se referir aos resultados de Oslo como um processo de "bantustanização", evocando o modelo sul-africano de pseudo-soberania fragmentada sob o apartheid. E foi exatamente isso que se materializou: uma geografia fragmentada, uma economia dependente e uma elite pacificada.

A Autoridade Palestina não é um Estado, mas imita a arquitetura de um. Ela possui presidentes, ministros, bandeiras e embaixadas,

mas nenhuma soberania real. O que ela tem na verdade é um aparato de segurança inchado, treinado e financiado em coordenação com agências de inteligência israelenses e americanas. Só na Cisjordânia existem mais de uma dezena de órgãos de segurança, cuja função principal é reprimir a dissidência e conter a resistência. Isso se tornou uma realidade cotidiana. Se você critica a Autoridade Palestina publicamente ou nas redes sociais, corre o risco de ser preso ou demitido. Não se trata apenas de repressão política, mas de um sistema de reengenharia social. O setor público virou uma ferramenta de pacificação, distribuindo salários como mecanismo de controle e dependência.

Nesse sentido, a Autoridade Palestina não é um projeto fracassado de construção estatal. Ela é um modelo bem-sucedido de contrainsurgência. Diferentemente dos fracassos dos EUA no Iraque ou no Afeganistão, Israel e seus parceiros ocidentais conseguiram construir um "não-Estado" que governa sem soberania, reprime sem legitimidade e domina em colaboração com o ocupante. Isso fragmentou profundamente a sociedade palestina. Hoje, existe uma classe elite composta pela burguesia dependente de doadores, que se beneficia material e politicamente do status quo. Muitos estão envolvidos em empreendimentos conjuntos, negócios imobiliários e na normalização econômica neoliberal com Israel. Essa classe não

tem interesse material na resistência e muitas vezes atua voluntariamente para suprimi-la.

É isso que torna Gaza diferente. Desde 2007, o Hamas governa Gaza fora do quadro dos Acordos de Oslo. Pelo menos discursiva e estrategicamente, manteve o compromisso com a resistência armada. Isso não significa que o Hamas esteja acima de críticas. Sua governança também envolveu práticas repressivas. Mas, em contraste com a Autoridade Palestina, eles não subordinaram sua estratégia às doutrinas de segurança israelense ou americana. É por isso que Gaza continua sendo o principal local de confronto, pois permanece fora do regime colonial de gestão que controla a Cisjordânia.

O 7 de outubro marcou uma ruptura, um momento em que as ilusões de “gerenciar” a ocupação desmoronaram. Revelou tanto a fragilidade da segurança israelense quanto a falência do chamado processo de paz. Mas o que acontecerá a seguir é incerto. Ainda não sabemos como a resistência armada irá se recompor. O que sabemos, porém, é que a resistência não vai acabar. Ela vai se adaptar, mudar de forma e ressurgir, porque as condições que a originaram ainda estão presentes, e piorando.

Olhando para o futuro, a resistência palestina provavelmente será moldada por múltiplos fatores: mudanças geracionais, a reorganização da política de base e o potencial para novas alianças, tanto dentro da Palestina

quanto no âmbito global. Há um crescente desencanto com a liderança tradicional. O desafio agora é como regenerar um movimento de resistência que seja não apenas militante, mas politicamente fundamentado, socialmente inclusivo e estrategicamente unido.

E isso exigirá mais do que armas. Será necessário reconstruir as infraestruturas populares da resistência. Será preciso resgatar a sociedade civil da ONGização que a transformou em um setor de ajuda despolitizado. Será fundamental confrontar a Autoridade Palestina e seu papel na manutenção do domínio colonial. E, crucialmente, será necessário reviver uma visão política coletiva enraizada na liberdade, na justiça e na dignidade. Resistência, nesse sentido, é reimaginar a vida para além do quadro colonial. E isso permanece um horizonte aberto e urgente para nosso povo.

**Bruno Huberman:**

Qual é a relação entre a Autoridade Palestina (AP) e grupos de resistência armada como Lions' Den e as Brigadas de Jenin, o novo grupo armado? Eles entram em confronto entre si?

**Tariq Dana:**

A relação entre a Autoridade Palestina e grupos armados como o Lions' Den e as Brigadas de Jenin é tensa e profundamente assimétrica. Esses grupos demonstraram notável contenção. Apesar de serem vigiados, assediados, presos e, em muitos

casos, entregues a Israel por meio da coordenação indireta de segurança, eles deliberadamente evitaram o confronto aberto com a AP. A posição deles foi clara: recusaram-se a se envolver em conflito interno ou derramamento de sangue. Mesmo quando foram alvos, evitaram retaliar diretamente, optando por formas simbólicas de protesto, como disparos contra prédios de segurança da AP, e não contra indivíduos, como forma de comunicar sua rejeição à colaboração da AP sem escalar para uma guerra civil.

Mas, a situação mudou significativamente com a grande incursão da Autoridade Palestina no campo de refugiados de Jenin, entre 2024 e 2025. Essa operação marcou um ponto de inflexão. Foi a campanha mais violenta e agressiva que a AP lançou contra grupos de resistência na Cisjordânia desde 2008. Oito civis foram mortos e dezenas ficaram feridos. A AP justificou o ataque enquadrando os militantes como elementos desestabilizadores, acusando-os — de forma bastante cínica — de servir aos interesses da extrema direita israelense ao enfraquecer a AP. Essa narrativa, que ecoa o discurso de securitização israelense, revelou o quanto a AP internalizou a lógica da ocupação.

Nesse contexto, era totalmente esperado que os grupos armados se defendessem. Para muitos em Jenin e além, não se tratava simplesmente de um confronto entre facções rivais. Era, na verdade, um embate entre um

aparato repressivo atuando em nome de um poder ocupante e uma comunidade sob ataque. Os combatentes da resistência de fato miraram nas forças da Autoridade Palestina durante a operação, mas isso não foi um ato para iniciar um conflito interno, e sim uma questão de sobrevivência e autodefesa diante da repressão violenta.

Então, enquanto as fases anteriores foram marcadas por uma contenção notável, a escalada da Autoridade Palestina em Jenin mudou fundamentalmente as regras de engajamento. Esses grupos, especialmente na região norte da Cisjordânia, evoluíram como formações descentralizadas e enraizadas localmente, que resistem tanto à ocupação israelense quanto aos colaboradores internos. Suas ações refletem uma compreensão do terreno político: eles buscam desafiar o papel da AP como uma extensão do controle colonial, mas sem precipitar a sociedade palestina em uma guerra civil aberta. Esse equilíbrio é delicado, e o que ocorreu em Jenin mostra o quanto frágil ele pode se tornar quando a AP prioriza a repressão em detrimento da legitimidade.

Mas nós também precisamos entender que a natureza da resistência armada na Cisjordânia mudou. Ela não está mais organizada em linhas faccionais como durante a Segunda Intifada. A Autoridade Palestina, por meio de sua cooperação de segurança com Israel, enfraqueceu

significativamente a capacidade das facções tradicionais de operarem abertamente. Vigilância, infiltração, repressão e coordenação de segurança com Israel tornaram quase impossível o desenvolvimento de uma resistência organizacional sustentada. O que vemos, em vez disso, é o surgimento do que alguns chamam de operações de “lobos solitários”, em que indivíduos agem espontaneamente, sem coordenação formal. Um jovem acorda um dia sob imensa pressão, enfrentando humilhações diárias, pontos de controle, desespero econômico, a visão da terra sendo roubada, e escolhe resistir com os meios que tiver disponíveis: uma faca, um carro ou uma arma caseira.

Isso é resultado de décadas de fragmentação e do desmantelamento sistemático das estruturas coletivas de resistência. O enquadramento de Oslo, as condicionalidades dos doadores e a ONGização da sociedade civil palestina contribuíram para um ambiente despolitizado. Muitas ONGs hoje operam na lógica da prestação de serviços, tratando os palestinos como recipientes passivos de ajuda, e não como agentes políticos. Isso contrasta fortemente com o período pré-Oslo, quando as organizações da sociedade civil eram profundamente politizadas — a ajuda e os serviços faziam parte de uma consciência política mais ampla. Você recebia atendimento médico, educação ou assistência

alimentar, mas também te informavam: *você não é pobre por acaso, mas porque existe um sistema colonial que roubou sua terra, seu trabalho e seu futuro.*

O desafio hoje é como resgatar esse legado. Construir a resistência não apenas na forma armada, mas como um projeto social e político holístico. Isso significa reconstruir organizações de base, movimentos de massa e comitês populares que sejam autossuficientes e politicamente fundamentados. Significa resistir à dependência estrutural criada pelo regime internacional de ajuda, que pacificou grandes segmentos da nossa população e neutralizou nossas instituições civis. Também significa pensar a resistência para além dos ciclos de curto prazo de levantes e repressão.

Para deixar claro, a luta armada não vai desaparecer. Enquanto persistirem as condições de ocupação, cerco e apartheid, a resistência armada continuará sendo uma expressão necessária de desafio. Mas a resistência não pode ser sustentada apenas pelas armas. O que precisamos é da reconstrução de uma infraestrutura política e social capaz de resistir à repressão, ao mesmo tempo em que avança uma visão emancipatória. Isso significa enfrentar a fragmentação do movimento nacional, desfazer a ONGização da vida política e restabelecer um projeto coletivo fundamentado na justiça, na dignidade e na liberação.

A tarefa que temos diante de nós não é apenas resistir ao que existe, mas reimaginar o que poderia ser. Reconstruir um movimento de libertação capaz de enfrentar a violência colonial e articular um horizonte radicalmente diferente, que não se limite à lógica da partição ou da soberania estatal, mas que aspire à descolonização em seu sentido mais amplo e completo.

**Bruno Huberman:**

O que você acha das decisões de Trump, baseadas no “Acordo do Século”? Ele propôs anexar partes da Cisjordânia. Você acha que ele vai retomar esse projeto em um segundo mandato?

**Tariq Dana:**

Neste momento, o retorno de Trump — ou mesmo a continuidade da política trumpista sob qualquer administração — torna quase inevitável o ressurgimento do “Acordo do Século”. Isso não se trata apenas de mudanças políticas, mas reflete uma trajetória mais ampla na estratégia EUA-Israel que visa formalizar o que já vem ocorrendo há anos: a anexação de grandes partes da Cisjordânia, a erosão da ideia de um Estado palestino e o aprofundamento de uma entidade palestina fragmentada, semi-autônoma e sem soberania.

**Bruno Huberman:**

E, de certa forma, a destruição da Autoridade Palestina

**Tariq Dana:**

Não acho que eles vão destruir completamente a Autoridade Palestina, mas certamente vão reestruturá-la, e de maneira muito deliberada. O que prevejo é uma reconfiguração da AP de um órgão centralizado em Ramallah, com posição diplomática e reconhecimento internacional, para um conjunto fragmentado de órgãos administrativos locais. Essencialmente, veremos uma AP “municipalizada”: uma em Hebron, outra em Jenin, uma em Ramallah — cada uma operando com jurisdição limitada e vagamente vinculada à Administração Civil israelense.

Essa ideia não é nova, no entanto. Ela ecoa visões israelenses antigas de “autonomia sem soberania”. É possível rastreá-la até o período pós-1967 — planos como o Plano Allon ou as Ligas das Aldeias nos anos 1980, que imaginavam uma governança civil fragmentada sob rígido controle israelense, com figuras palestinas locais atuando como intermediárias. O plano de Trump basicamente recicla essa lógica, e suspeito que ela será reativada, só que de forma mais explícita e com menos pretensão diplomática.

Apesar de a atual Autoridade Palestina ter, em grande medida, se alinhado aos interesses políticos e de segurança de Israel, do ponto de vista de Israel e de seus aliados, sua utilidade está se esgotando. A AP ainda reivindica representar o povo palestino internacionalmente, possui status

de observadora na ONU e ocasionalmente assume posições políticas simbólicas. A reestruturação que imagino teria como objetivo desmontar esses aspectos simbólicos. Sem autoridade central, sem representação diplomática, sem projeto nacional — apenas unidades administrativas encarregadas de gerir a vida palestina em nível local, diretamente subordinadas à supervisão israelense.

E embora isso possa soar como um enfraquecimento do controle israelense, é justamente o oposto. Essa configuração permitiria a Israel manter uma dominação total, ao mesmo tempo em que terceiriza responsabilidades civis e de segurança para entidades palestinas locais, desprovidas de poder real e de legitimidade nacional. Trata-se de uma forma de governança colonial sem os custos da ocupação.

Sinceramente, eu não necessariamente lamentaria o colapso da AP atual nesse formato. A estrutura se tornou uma ferramenta de controle, não de libertação. Mas o perigo está no que a substituirá. Se não tivermos uma alternativa política palestina unificada, de base e enraizada nas comunidades pronta para assumir esse espaço, corremos o risco de mergulhar ainda mais em um sistema de fragmentação permanente — em que os palestinos são governados por municípios desconectados entre si, presos à dependência econômica e à ajuda internacional, sem qualquer horizonte político.

É por isso que qualquer resistência a esse

futuro deve envolver não apenas a oposição à anexação e às políticas trumpistas, mas também uma reavaliação profunda do que significa autodeterminação palestina para além de Oslo e da atual estrutura da AP. Caso contrário, a reestruturação não será apenas imposta por Trump ou por Israel, mas também será o resultado da nossa estagnação política

#### **Palestina, Estados Unidos e o Oriente Médio**

##### **Isabela Agostinelli:**

Gostaria de perguntar sobre o interesse dos Estados Unidos no Oriente Médio, particularmente em relação aos Acordos de Abraão. Eles tendem a se expandir no segundo mandato de Trump? Ou é mais provável que sejam interrompidos, à luz da recente reconciliação entre Arábia Saudita e Irã, mediada pela China? Qual é o estado atual da hegemonia dos EUA no Oriente Médio?

##### **Tariq Dana:**

Nos últimos anos, a estratégia dos Estados Unidos no Oriente Médio mudou de forma notável, em parte como resposta à competição entre grandes potências, especialmente com a ascensão da China. Já não vivemos em um mundo unipolar, e até mesmo os formuladores de políticas dos EUA reconhecem isso. Estamos

assistindo à formação de uma ordem global multipolar, e os EUA estão recalibrando sua posição nesse novo cenário. O foco de Washington não está mais apenas em gerir o Oriente Médio, mas cada vez mais em se preparar para a competição estratégica com a China. Isso implica reduzir o envolvimento militar direto na região, ao mesmo tempo em que mantém sua influência. Trata-se, essencialmente, do que os círculos políticos dos EUA chamam de “*offshore balancing*”: garantir a dominância regional por meio de aliados locais, em vez de depender do envio massivo de tropas ou da manutenção de bases permanentes.

A lógica é simples: os EUA querem liberar recursos e atenção para a Ásia Oriental, sem perder espaço estratégico no Oriente Médio. Portanto, em vez de uma retirada, o que estamos vendo é uma reconfiguração da hegemonia norte-americana. E é aí que entram os Acordos de Abraão. O esforço de Trump para normalizar as relações entre Estados árabes e Israel não dizia respeito apenas à diplomacia; tratava-se de criar uma nova arquitetura regional de segurança e economia, com Israel no centro. A ideia era forjar um bloco alinhado aos EUA, composto por Estados árabes clientes, Israel e, potencialmente, outros atores, que pudessem agir em conjunto para estabilizar a região, desmantelar formas de resistência e conter o Irã, tudo isso permitindo que os EUA se afastassem de um envolvimento direto.

Mas, a normalização tem uma condição prévia: o apagamento da Palestina. O “Acordo do Século” de Trump foi concebido para marginalizar completamente a questão palestina. A suposição era que, se os palestinos pudessem ser pacificados por meio de incentivos econômicos — empregos, projetos de infraestrutura, ajuda humanitária —, então a questão poderia ser enterrada silenciosamente. A estratégia regional mais ampla dependia disso: normalizar as relações com Israel, construir iniciativas econômicas conjuntas como o Corredor Índia–Oriente Médio–Europa e encerrar discretamente a luta palestina por meio de sua fragmentação e despolitização.

No entanto, essa visão enfrentou dois choques importantes. Primeiro, a reaproximação entre Arábia Saudita e Irã mediada pela China em 2023 sinalizou que os EUA já não eram mais o único mediador de poder na região. Mostrou que os atores regionais podiam, e iriam, recorrer a parceiros globais alternativos, especialmente a China, para mediação e cooperação estratégica. Segundo, e de forma ainda mais dramática, veio o 7 de outubro. A erupção da resistência armada em larga escala em Gaza — e a resposta genocida de Israel — desmontaram a agenda de normalização. Expuseram a ilusão de que a Palestina havia sido “resolvida”. Ao contrário, demonstraram que a questão colonial no coração da região continua não resolvida e altamente inflamável.

Como resultado, os EUA foram puxados de

volta para a região militarmente – enviando frotas navais, interceptando mísseis no Mar Vermelho, lançando ataques no Iêmen e redobrando o apoio a Israel. Esse não era o plano. O objetivo estratégico era girar o foco para a Ásia, não ser arrastado de volta ao Oriente Médio por uma crise que esperavam contornar.

Agora, com o retorno de Trump, ele tentará reviver os Acordos de Abraão e pressionar ainda mais agressivamente pela normalização. Mas, desta vez, a abordagem pode mudar. Em vez de construir a normalização por meio do consenso diplomático ou de incentivos econômicos, ela poderá ser imposta por meio da coerção: pressão sobre os Estados do Golfo e do Norte da África para que se alinhem, aprofundem a coordenação de segurança com Israel e se integrem ainda mais à arquitetura regional que os EUA vêm tentando montar.

Mas aqui está a contradição: para que esse modelo funcione, Israel precisa ser aceito como o ator central da região, não apenas como um parceiro, mas como um polo de segurança e tecnologia. Os Estados do Golfo, apesar de toda a sua riqueza, são economias rentistas — produzem petróleo e compram influência. Israel, por outro lado, é apresentado como um Estado produtivo, movido pela inovação, com capacidade militar e totalmente respaldado pelos EUA. A visão é a de uma ordem regional em que todos

dependem das indústrias de segurança, tecnologia e inteligência de Israel.

Não estou convencido de que isso vá funcionar. O momento de 7 de outubro e o genocídio em curso em Gaza revelaram que a ideia de Israel como um pilar estável para a ordem regional é uma ilusão. Longe de ser uma fonte de estabilidade, sua própria existência como um regime colonial gera ciclos de desapropriação e resistência. O mais importante é que isso lembrou o mundo de que a Palestina é a linha de falha política da região. Qualquer tentativa de reestruturar o Oriente Médio em torno de Israel, ignorando a luta palestina, está condenada a permanecer frágil e, em última análise, insustentável.

Isso significa que a normalização agora carrega um custo político mais alto para os regimes. E além da região, estamos vendo um aumento do engajamento da China e da Rússia, junto com uma crescente erosão da credibilidade dos EUA.

Então, sim, acredito que Trump vai empurrar essa agenda adiante. Mas as condições regionais e globais estão mudando rapidamente. Os EUA podem querer terceirizar o policiamento regional para Israel e seus aliados, mas o problema estrutural mais profundo permanece: este não é mais um mundo onde os Estados Unidos podem simplesmente ditar as regras. E a Palestina está se reafirmando como a contradição central na ordem política da região.

**Entrevista realizada por:** Bruno Huberman e  
Isabela Agostinelli dos Santos

**Transcrição:** Beatriz Maria Lamarca Lupetti

**Tradução:** Isabela Agostinelli dos Santos

**Edição final:** Isabela Agostinelli dos Santos e Tariq  
Dana

## Notas

<sup>1</sup> Esta pesquisa contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, processo n. 465460/2014-3).

<sup>2</sup> DANA, Tariq. Death dealers: Dynamics of Israel's permanent war economy. **Capital & Class**, p. 03098168241291350, 2024.

<sup>3</sup> SAID, Edward. The morning after. **The London Review of Books**, v. 15, n. 20, p. 3-5, 1993.

<sup>4</sup> USHER, Graham. Bantustanisation or bi-nationalism? An interview with Azmi Bishara. **Race & Class**, v. 37, n. 2, p. 43-49, 1995.

## Interview with Tariq Dana: Gaza, world order, and research on Palestine

### Introduction<sup>5</sup>

In light of Israel's ongoing genocidal campaign in Gaza, we spoke with Dr. Tariq Dana, Assistant Professor of Conflict and Humanitarian Studies at the Doha Institute for Graduate Studies and Policy Member and Editorial Committee member at Al-Shabaka: The Palestinian Policy Network, a Palestinian-led think tank. Dana visited Brazil at the invitation of the Centro de Estudos Palestinos (CEPal) of the School of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences at the University of São Paulo (FFLCH/USP) to participate in the international seminar "Racism, Colonialism, and Genocide in Palestine," held from November 26 to 28, 2024, in São Paulo, Brazil. During his presence in the country, we organized a roundtable titled "Gaza and the World Order: How to Conduct Research on Palestine" at the San Tiago Dantas Graduate Program in International Relations (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) on November 29, 2024. The event gathered undergraduate and graduate students of International Relations for an open and critical conversation. The result of the roundtable is the following interview, in which Dana reflects on the challenges of knowledge production on Palestine, the global dimensions of the Palestine Question,

Palestinian resistance and politics, and the enduring role of U.S. dominance in the Middle East. He offers a critical perspective on how international structures of power intersect with Palestinian realities and on what it means to conduct research on Palestine in the context of genocide, settler colonialism, and epistemic injustice.

### Knowledge Production on Palestine

#### Isabela Agostinelli:

Thank you for accepting our invitation to this conversation. Please tell us a little bit about your experience as a Palestinian researcher.

#### Tariq Dana:

Thank you, Isabela. I'm glad to be part of this conversation. Let me start by emphasizing something fundamental: being a Palestinian researcher means working under deeply entrenched structural constraints that shape, and often obstruct, the very process of knowledge production. I carry the identity and responsibility of a Palestinian scholar, yet paradoxically, I'm denied access to large parts of Palestine. Fieldwork, which is essential for grounded research, becomes an enormous challenge. For instance, I am not allowed to enter Jerusalem, a city that is symbolically charged and also central to

historical and contemporary political developments in Palestine. Due to these restrictions, I'm often compelled to mobilize additional resources to conduct research; I either hire research assistants or collaborate with colleagues who reside in areas I cannot access. I have to rely on data, field notes, and interviews collected by others, which means that a great deal of my work is mediated. And this mediation is not just logistical, it is epistemological. It speaks to the broader system of control that limits our ability to speak for ourselves, to research our own histories, and to access our own geographies.

So, in this context, conducting research on Palestine, as a Palestinian, is never just an academic exercise. It becomes a struggle for epistemic access. It's about asserting our right to produce knowledge on our own terms, despite being systematically denied the tools, spaces, and freedom to do so. It's a form of resistance to intellectual erasure, to colonial frameworks that render us objects of study rather than producers of theory and knowledge.

We also have to contend with the broader ideological terrain in which knowledge about Palestine is produced and contested. Researching Palestine is not like researching any other issue. It is inherently politicized because it confronts the very structures of global power, racial capitalism, and colonial domination. The academic field, despite its self-image as a space of free and

objective critical inquiry, is deeply implicated in these structures. There's a persistent myth that scholarship is disinterested and objective, but when it comes to Palestine, that myth collapses under the weight of institutional gatekeeping.

Take, for example, the case of scholars who have accurately described Israel's actions in Gaza after October 7, 2023, as genocide. Many of these interventions, grounded in both legal scholarship and genocide studies, have been desk-rejected by journals without substantial engagement or clear justification, even though these submissions are methodologically sound, theoretically rigorous, and ethically urgent. Yet their framing alone — naming genocide, invoking settler colonialism — is treated as disqualifying.

This isn't simply about academic disagreement. It reflects a deeper ideological bias that governs what is considered legitimate knowledge. The use of the settler colonial framework, despite its growing recognition among critical scholars, is often seen as too provocative or too political for mainstream venues. But this discomfort reveals more about the institutions than the framework itself. What is being resisted is not the method, but the political implications of the analysis. Naming Israeli violence for what it is — colonial, eliminatory, genocidal — disrupts dominant narratives and exposes the complicity of academic and policy institutions that have long euphemized or justified that violence.

In that sense, the marginalization of critical Palestine scholarship is structural. It serves to protect dominant epistemologies that frame Israel as a liberal democracy under threat, rather than as a settler colonial project engaged in ongoing ethnic cleansing and territorial expansion. Any analysis that challenges that framing, especially one that foregrounds Palestinian agency and history, is met with suspicion, if not outright censorship. This is why doing research on Palestine is never just an intellectual exercise. It is a political act, and one that confronts the institutional boundaries of what counts as acceptable knowledge.

This dynamic is particularly acute in the Palestinian context, where the struggle is not just about land or sovereignty, but also about the framing of ideas, discourses, and narratives. Take, for instance, the term "Israeli–Palestinian conflict." At first glance, it appears neutral or balanced, but it actually imposes a false symmetry, suggesting that we are witnessing a dispute between two equal parties with comparable power, resources, and militaries. That framing erases the foundational structures of dispossession and domination. It masks the reality of settler colonialism, military occupation, and apartheid. That's why I, like many others, reject the term entirely. What we're confronting is not a conflict in the traditional sense; it's a violent, ongoing colonial process rooted in asymmetry and structural injustice.

And this is not just a matter of semantics.

Language shapes political possibilities. When we frame Palestine as a “conflict,” we turn settler colonialism into a misunderstanding; we turn structural violence into unfortunate episodes; we turn genocide into collateral damage. This kind of discursive sanitization enables continued impunity.

It evacuates history and conceals power. Critical scholars, and especially Palestinian scholars, are tasked with contesting the very terms through which our realities are represented. That is why the academic terrain itself becomes a site of struggle.

I would also add that one of the shortcomings in the existing academic literature is the tendency to over-localize Palestine. Of course, it’s vital to center Palestinian voices and lived experiences, but we also need to situate Palestine within global and historical contexts. Palestine is not an isolated anomaly; it is embedded in the legacies of colonialism, global capitalism, international system, and transnational resistance. What makes the Palestinian case distinct is that it embodies both classical and contemporary forms of settler colonialism. It is a late-stage project that continues into the 21st century but draws heavily on the logic, infrastructure, and ideology of earlier colonial formations. In many ways, it represents a hybrid form of settler colonialism – ongoing, incomplete, and deeply entangled with Western imperial interests in the region.

**Isabela Agostinelli:**

I want to ask you about the current situation in the academic field of Palestine Studies. How can this specific field of study contribute to the decolonization and liberation of Palestine?

**Tariq Dana:**

Palestine Studies plays a transformative role, not only in advancing scholarly understanding but also in confronting the structures of knowledge that sustain colonial violence. This field isn’t just about documenting events or producing descriptive knowledge; it’s about actively contesting dominant narratives and disrupting the epistemological foundations that have historically erased or distorted the Palestinian experience.

One of the central contributions of Palestine Studies is its ability to challenge the colonial frameworks that dominate how Palestine is studied, taught, and talked about whether in academic institutions, policy circles, or the media. This means we’re also engaged in the decolonization of knowledge itself. We are, in a sense, reclaiming the right to theorize from our own location, to speak as producers of critical thought. And this matters profoundly because, for decades, Zionist institutions and Western think tanks have shaped the global understanding of Palestine. They’ve exported a discourse that presents Israeli settler colonialism as democracy, military occupation as self-defense, and

Palestinian resistance as terrorism. This framing has found its way into academic language as well, particularly in the way Palestine is often cast as a “conflict,” rather than a colonial situation. As scholars in this field, our task is to refuse those euphemisms and expose the systems of domination they obscure.

Palestine Studies contributes to decolonization by insisting on naming things clearly: settler colonialism, apartheid, ethnic cleansing, genocide, etc. And by doing so, it forces open space within academic and political discourse for critical engagements that have long been silenced or marginalized.

I should also emphasize that this work doesn't just take place in isolation. Palestine Studies must remain grounded in the lives and struggles of Palestinians on the ground, but it also needs to build connections across struggles, including with Indigenous peoples confronting settler colonialism in North America, and communities resisting racial capitalism in the Global South. In this way, the field becomes part of a broader intellectual and political constellation in order to link local resistance to global structures and solidarities.

And let me be very clear. Scholarship on Palestine is a form of a struggle. That doesn't mean compromising rigor or producing polemics but rather it means being honest about the stakes of our work. All knowledge is political. The idea

that some research is “scientific,” while other work is dismissed as “activist,” is itself a deeply ideological distinction. We see it all the time. For example, research funded by institutions like the World Bank that promotes neoliberal reforms is treated as objective, even when its effects are devastating: privatizing public services, deepening poverty, dismantling workers' rights. Meanwhile, research that critiques those outcomes is dismissed as too political.

So, what I'm saying is that Palestine Studies must refuse these double standards. It must insist on its right to intervene in academic debates as well as in the material realities they shape. That means engaging with the political economy of occupation, with the regional and international actors that enable Israeli colonialism, and with the systems of surveillance, militarization, and normalization that sustain it. At the same time, we need to support and amplify the intellectual and political traditions that have always existed within Palestinian society, from critical thought to feminist analysis to grassroots organizing. And that is precisely where Palestine Studies must play a transformative role.

### Global Palestine

#### Isabela Agostinelli:

You mentioned that Palestine is not a local

issue. Of course, it has its particularities, but you situate the Palestine Question within a wider, global framework. In a recent article that was published in *Capital & Class*, entitled “Death Dealers: Dynamics of Israel’s Permanent Economy”<sup>6</sup>, you stated that the war economy is integral to Israel’s settler colonial structures and functions. Can you please elaborate on what precisely a permanent war economy is and how it functions in Israel? More specifically, how is it different from the permanent war economy in the U.S., for example? What is unique in the Israeli case?

**Tariq Dana:**

Absolutely, and I appreciate the question because it gets at the heart of the argument I developed in my article for *Capital & Class*. The concept of a “permanent war economy” is central to understanding Israel as a militarized settler-colonial project whose very survival depends on the continual reproduction of warfare, militarism, and coercive control both internally and externally.

Let’s begin with what we mean by a “permanent war economy.” The term first emerged during World War II to describe the United States’ redirection of its entire industrial base toward military production. But what began as a temporary wartime measure quickly morphed into a permanent system, particularly with the rise of the military-industrial complex. The U.S. kept

producing weapons, building bases, and exporting arms even during peacetime, because war and its infrastructures is integral to capital accumulation.

Israel adopted this model early on, but in a uniquely intensified way. What makes Israel distinct is that its war economy didn’t just develop alongside the state. It was foundational to it. Even before 1948, the Zionist movement had established an arms industry, such as the clandestine *Ta’as* workshops. These later evolved into major state-owned military companies. From the outset, the Zionist leadership, from Jabotinsky to Ben-Gurion, made military supremacy the cornerstone of their vision. Jabotinsky’s infamous “Iron Wall” doctrine, for example, explicitly argued that the colonization of Palestine required overwhelming and sustained military power to subdue the native population, not just physically but psychologically. Ben-Gurion institutionalized this logic through the Israeli security doctrine, emphasizing rapid, decisive wars and permanent military superiority.

Unlike classical colonial powers that operated from a metropole (London, Paris etc.), Israel is a settler colony without a metropole. Instead, it created alliances with imperial powers – first Britain, then the United States – functioning as a proxy node for Western imperial interests in the region. This alliance provided Israel with vast military and economic support. Between 1948 and October 7, 2023, U.S. military aid to Israel

exceeded \$107 billion, making it the largest recipient of American aid in history. Since October 8, 2023, the United States has provided Israel with over \$25 billion in direct military aid, in addition to several billion more in indirect support – including the deployment of naval fleets, joint military operations and strikes targeting Iran and Yemen, surveillance drones, and the activation of advanced defense systems such as THAAD.

Now, what distinguishes Israel's permanent war economy from the U.S. model is not only the scale but also the integration of militarism into every domain of social, economic, and political life. Israel is routinely ranked at the top of the Global Militarization Index. Militarism is not confined to the army or military industry; it permeates education, culture, industry, and even citizenship. For example, elite military units like Unit 8200 – the Israeli army's cyber-intelligence wing – serve as incubators for Israel's high-tech sector. Graduates of this unit go on to launch startups, receive venture capital, and dominate the global cybersecurity market. This is why when people call Israel a "start-up nation," they often overlook the fact that this innovation is rooted in military technologies and tested through colonial violence.

And here, Gaza becomes central. Since the imposition of the blockade in 2007, Gaza has served as a live laboratory for Israel's war economy. Every major aggression, such as Cast Lead (2008–09) and Protective Edge (2014), and

especially the ongoing genocidal campaign that began in October 2023, has involved the deployment of new weapons systems and surveillance tools. These tools used for genocide also serve as products to be marketed globally as "battle-tested." The ongoing genocide in Gaza marks an especially disturbing escalation of the experimentation in mass killing.

For instance, during the recent genocide, Israel deployed an AI-based weapon system such as *The Gospel and Lavender*. This software generated kill lists and facilitated strikes on thousands of civilian homes within seconds, with minimal human oversight. It has been described by many as the first AI-driven genocide. This isn't just a chilling development in warfare but also a business model. Expect now to see technologies like *Lavender* being part of Israel's global exports, sold to regimes around the world under the misleading banner of efficiency and "precision."

This brings us to the so-called "weapons diplomacy." Israel has used its security apparatus not only to maintain control over Palestinians but also to gain geopolitical legitimacy. Historically rejected by much of the Global South, Israel gradually penetrated these countries by arming right-wing and terrorist militias, autocratic regimes, and counterinsurgency forces. From Latin America to Africa to Southeast Asia and the Middle East, Israeli weapons and training were central to some of the most violent episodes of the 20th and

21st centuries, including the Rwandan genocide and the persecution of the Rohingya in Myanmar.

In recent years, this strategy has expanded into the Arab world. Take, for example, the United Arab Emirates: even before formal normalization, the UAE imported Israeli surveillance systems such as *Falcon Eye*, which now blanket Abu Dhabi with real-time facial recognition. These technologies were developed through decades of control and experimentation on Palestinians and are now marketed as turnkey solutions for population control.

Thus, normalization plays a dangerous ideological role. It seeks to erase the colonial nature of the Israeli state by integrating it into regional and global power networks. This is especially significant in the context of ongoing Palestinian dispossession and genocide in Gaza. Rather than isolating Israel, many Arab regimes have deepened ties with it precisely *during* the war. This tells us something important: for many Arab governments, particularly those with autocratic and neoliberal orientations, the value of the Israeli state lies in its expertise in population control and warfare. Israel becomes a model to emulate and a partner to purchase from, not despite its colonization of Palestine, but *because* of it.

So, to answer your question directly: Israel's permanent war economy is unique in that it is structurally necessary for the continuation of

its settler-colonial project. It's not just about colonial violence against the Palestinians and the populations of the region, but also about expansion, dominance, and profit. It's about turning military violence into capital and turning Palestinian bodies and geographies into testing grounds for global capital domination. And unlike other countries, whose wars are often episodic, Israel maintains a constant state of warfare, with Gaza at its epicenter. This is why understanding the war economy is a key to understanding how capitalism and colonialism operate today, not just in Palestine but globally.

### Palestinian Resistance and Politics

#### **Bruno Huberman:**

I want to hear you discuss resistance. You have already written about the changes in the national movement, the role played by the corrupted bourgeoisie, who collaborates with Israelis, the NGOs, who pushed the agenda of international assistance and international aid, and not doing real resistance for liberation. And then we had October 7, 2023. The situation with Hamas and their current standing is somewhat unclear, particularly regarding how they're continuing the resistance. So, in the situation of Fatah collaborating with Israel, the bourgeoisie collaborating with Israel, the NGOs situation, and

the armed resistance (we don't know the situation after the genocide), how do you see the resistance in the struggle for liberation from this point we are standing? Looking at the future, how do you see this?

**Tariq Dana:**

What I can say with certainty is that resistance will persist. It has always persisted, despite a century of attempts to crush it. We often take 1948 as the starting point, but Palestinian resistance predates that. It goes back to the Balfour Declaration in 1917 and, even earlier, to the arrival of early Zionist settlers to Palestine in the late 19th century. What this tells us is that resistance has never been a reactive or sporadic response; it is a continuous, evolving praxis rooted in the lived reality of colonization.

This resistance has taken many forms: armed struggle, popular uprisings, grassroots mobilization, everyday acts of refusal, and cultural assertion. And time and again, various mechanisms – political, economic, and military – have been deployed to dismantle or domesticate it. But none of these strategies have succeeded in erasing the will to resist. The goal of counterinsurgency strategies, particularly since the Oslo Accords, has been to eliminate resistance by eliminating the very conditions that allow it to flourish through fragmentation, pacification, and co-optation, or through violence and genocidal campaigns. And

here lies the deeper political strategy: to liquidate the Palestinian cause physically, epistemologically, and politically.

I grew up during the First Intifada, and I remember it as the most formative and inspiring period of my life. Despite Israeli repression and the complete absence of a state structure, Palestinians organized themselves at a mass level. There were popular committees for education, health, labor, and security. There was a deep sense of collective solidarity and self-reliance. When Israel shut down Birzeit University and others, we created what was called *popular education*. We studied in homes, gardens, and cafés. That was an expression of autonomous political life. It was civil society in its most meaningful and grounded form.

The Oslo Accords sought to dismantle precisely that model of autonomous resistance. And it did so by introducing a sophisticated form of *indirect colonial rule*. Traditional colonialism, as seen in British or French contexts, involved either direct rule – where colonial powers built institutions and ruled openly – or indirect rule, where they co-opted local elites, tribal leaders, or clerics to administer colonial control on their behalf. Israel initially failed to develop a local class to play this intermediary role. But with Oslo, it succeeded. It managed to co-opt an important segment of the Palestinian national movement itself, particularly the Palestine Liberation Organization (PLO) and Fatah, and transform it

into a governing structure under occupation, in what is called today the Palestinian Authority (PA).

This is unprecedented in colonial history. We are witnessing a national liberation movement, which once embodied revolutionary aspirations, being transformed into an administrative arm of the occupier. Edward Said saw this clearly in his essay *"The Morning After,"*<sup>7</sup> written just weeks after the Oslo signing. He warned that the PLO had become Israel's enforcer, not a representative of Palestinian sovereignty. Azmi Bishara<sup>8</sup> followed this critique by referring to Oslo's outcome as a process of "bantustanization," evoking the South African model of fragmented pseudo-sovereignty under apartheid. And that is exactly what materialized: a fragmented geography, a dependent economy, and a pacified elite.

The PA is not a state, but it mimics the architecture of one. It has presidents, ministers, flags, and embassies, yet none of the sovereignty. What it does have is a bloated security apparatus, trained and funded in coordination with Israeli and American intelligence agencies. There are over a dozen security bodies in the West Bank alone, whose primary function is to suppress dissent and contain resistance. This has become a daily reality. If you criticize the PA publicly or on social media, you risk arrest or dismissal. This is not just political repression but rather involves a system of *social reengineering*. The public sector has become a tool of pacification, distributing salaries as a

mechanism of control and dependency.

In this sense, the PA is not a failed state-building project. It is a successful counterinsurgency model. Unlike the U.S. failures in Iraq or Afghanistan, Israel and its Western partners have managed to build a "non-state" that governs without sovereignty, represses without legitimacy, and rules in collaboration with the occupier. And this has fundamentally fractured Palestinian society. Today, you have an elite class comprised of donor-dependent bourgeoisie that benefits materially and politically from the status quo. Many are involved in joint business ventures, real estate, and neoliberal economic normalization with Israel. This class has no material interest in resistance, and it works often willingly to suppress it.

This is what makes Gaza different. Since 2007, Hamas has governed Gaza outside of the Oslo framework. It has remained committed, at least discursively and strategically, to armed resistance. This does not mean Hamas is above critique. Their governance has also involved repressive practices. But in contrast to the PA, they have not subordinated their strategy to Israeli or American security doctrines. And this is why Gaza has remained the primary site of confrontation, because it remains outside the colonial management regime that controls the West Bank.

October 7 marked a rupture, a moment when the illusions of "managing" the occupation collapsed. It exposed both the fragility of Israeli

security and the bankruptcy of the so-called peace process. But what happens next is uncertain. We don't yet know how the armed resistance will reconstitute itself. But what we do know is that the resistance will not end. It will adapt, shift forms, and re-emerge, because the conditions that gave rise to it are still in place, and worsening.

Looking ahead, the future of Palestinian resistance will likely be shaped by multiple factors: generational shifts, the reorganization of grassroots politics, and the potential for new alliances, both within Palestine and globally. There is growing disillusionment with the traditional leadership. The challenge now is how to regenerate a resistance movement that is not only militant but politically grounded, socially inclusive, and strategically united.

And this will require more than arms. It will require rebuilding the popular infrastructures of resistance. It will require reclaiming civil society from the NGO-ization that turned it into a depoliticized aid sector. It will require confronting the PA and its role in upholding colonial rule. And crucially, it will require reviving a collective political vision rooted in liberation, justice, and dignity.

Resistance, in that sense, is about reimagining life beyond the colonial frame. And that remains an open and urgent horizon for our people.

**Bruno Huberman:**

What is the relationship between the PA and armed resistance groups like Lions' Den and Jenin Brigades, the new armed resistance group? Do they confront each other?

**Tariq Dana:**

The relationship between the Palestinian Authority and armed groups like the Lions' Den and the Jenin Brigades is tense and deeply asymmetrical. These groups showed remarkable restraint. Despite being surveilled, harassed, arrested, and in many cases handed over to Israel through indirect security coordination, they deliberately avoided open confrontation with the PA. Their stance was clear: they refused to be dragged into internal conflict or bloodshed. Even when targeted, they refrained from retaliating directly, choosing instead symbolic forms of protest like shooting at PA security buildings, not individuals, as a way to communicate their rejection of the PA's collaboration without escalating into civil strife.

But the situation shifted significantly with the PA's large-scale incursion into the Jenin refugee camp in 2024–2025. This operation marked a turning point. It was the most violent and aggressive campaign the PA had launched against resistance groups in the West Bank since 2008. Eight civilians were killed, and dozens were injured. The PA justified the assault by framing the

militants as destabilizing elements, accusing them – quite cynically – of serving the interests of the Israeli far right by weakening the PA. This narrative, which closely mirrors Israeli securitization discourse, revealed the extent to which the PA has internalized the logic of occupation.

In this context, it was entirely expected that the armed groups would defend themselves. For many in Jenin and beyond, it was not simply a confrontation between rival factions. Rather, it was a confrontation between a repressive apparatus acting on behalf of an occupying power and a community under attack. Resistance fighters did target PA forces during the operation, but this was not about initiating internal conflict but rather about survival and self-defense in the face of a violent crackdown.

So, while earlier phases were marked by remarkable restraint, the PA's escalation in Jenin fundamentally changed the rules of engagement. These groups, especially in the northern West Bank, have evolved as decentralized, locally embedded formations that resist both the Israeli occupation and internal collaborators. Their actions reflect an understanding of the political terrain: they seek to challenge the PA's role as an extension of colonial control, but without tipping Palestinian society into open civil war. That balance is delicate, and what happened in Jenin shows just how fragile it can become when the PA

prioritizes repression over legitimacy.

But we also need to understand that the nature of armed resistance in the West Bank has changed. It's no longer organized in factional lines like it was during the Second Intifada. The PA, through its security cooperation with Israel, has significantly weakened the ability of traditional factions to operate openly. Surveillance, infiltration, repression and security coordination with Israel have made it almost impossible for sustained organizational resistance to develop. What we see instead is the rise of what some call "lone wolf" operations, which are individuals who act spontaneously, without formal coordination. A young person wakes up one day under immense pressure, facing daily humiliation, checkpoints, economic despair, the sight of land being stolen, and chooses to resist with whatever means are available: a knife, a car, or a homemade weapon.

This is the result of decades of fragmentation and the systematic dismantling of collective structures of resistance. The Oslo framework, donor conditionalities, and the NGO-ization of Palestinian civil society have all contributed to a depoliticized environment. Many NGOs today operate on the logic of service delivery, treating Palestinians as passive recipients of aid rather than as political agents. This is in sharp contrast to the pre-Oslo period, where civil society organizations were deeply politicized – aid and services were part of a broader political

consciousness. You received medical care, education, or food assistance, but you were also told: *you are not poor because of fate, but because there is a colonial system that stole your land, your labor, and your future.*

The challenge today is how to reclaim that legacy. To build resistance not just in armed form, but as a holistic social and political project. That means rebuilding grassroots organizations, mass-based movements, and popular committees that are self-reliant and politically grounded. It means resisting the structural dependency created by the international aid regime, which has pacified large segments of our population and neutralized our civil institutions. It also means thinking about resistance beyond the short-term cycles of uprising and repression.

To be clear, armed struggle will not vanish. As long as the conditions of occupation, siege, and apartheid persist, armed resistance will remain a necessary expression of defiance. But resistance cannot be sustained through arms alone. What we need is the reconstruction of a political and social infrastructure capable of withstanding repression while advancing an emancipatory vision. That means confronting the fragmentation of the national movement, undoing the NGO-ization of political life, and reestablishing a collective project grounded in justice, dignity, and liberation.

The task before us is not only to resist what is, but to reimagine what could be. To rebuild a

liberation movement that can both confront colonial violence and articulate a radically different horizon, one that is not confined to the logic of partition or statehood, but that aspires to decolonization in its fullest sense.

**Bruno Huberman:**

What do you think about Trump's decisions, based on the "Deal of the Century"? He proposed annexing parts of the West Bank. Do you think he will return to this project in his second term?

**Tariq Dana:**

At this point, the return of Trump – or even just the continuation of Trumpist politics under any administration – makes the revival of the "Deal of the Century" almost inevitable. This isn't just about policy shifts; it reflects a broader trajectory in U.S.-Israeli strategy that aims to formalize what has already been unfolding on the ground for years: the annexation of large parts of the West Bank, the erosion of the idea of a Palestinian state, and the entrenchment of a fragmented, semi-autonomous Palestinian entity without sovereignty.

**Bruno Huberman:**

And the destruction of the PA in a way.

**Tariq Dana:**

I don't think they'll completely destroy the PA, but they'll definitely restructure it, and in a very deliberate manner. What I foresee is a reconfiguration of the PA from a centralized body in Ramallah with diplomatic and international standing, into a fragmented set of localized administrative bodies. Essentially, we'll see a shift toward a "municipalized" PA: one in Hebron, another in Jenin, one in Ramallah – each operating with limited jurisdiction and loosely tied to the Israeli Civil Administration.

This idea is not new, however. It echoes long-standing Israeli visions for "autonomy without sovereignty." You can trace it back to the post-1967 period – plans like the Allon Plan or the Village Leagues in the 1980s, which envisioned fragmented civil governance under tight Israeli control, with local Palestinian figures acting as intermediaries. Trump's plan essentially recycles this logic, I suspect it will be reactivated just more explicitly and with less pretense of diplomacy.

Even though the current PA has largely aligned itself with Israeli security and political interests, from the perspective of Israel and its allies, its usefulness is wearing thin. It still claims to represent the Palestinian people internationally, it has observer status at the UN, and it occasionally

asserts symbolic political positions. The restructuring I envision would aim to dismantle those symbolic aspects. No central authority, no diplomatic representation, no national project, just administrative units managing Palestinian life at the local level, tethered directly to Israeli oversight.

And while this might sound like a weakening of Israeli control, it's quite the opposite. It would allow Israel to maintain full domination while outsourcing civil and security responsibilities to local Palestinian entities with no real power and no national legitimacy. It's colonial governance without the costs of occupation.

Honestly, I wouldn't necessarily mourn the collapse of the current PA in that form. The structure has become a tool of control rather than liberation. But the danger lies in what replaces it. If we don't have a new, grassroots, unified Palestinian political alternative ready to step in, then we risk slipping further into a system of permanent fragmentation, where Palestinians are ruled through disconnected municipalities, economic dependence, and international aid, without any political horizon.

That's why any resistance to this future must involve not only opposing annexation and Trumpist policies but rethinking what Palestinian self-determination looks like beyond Oslo and beyond the current PA framework. Otherwise, the restructuring won't just be imposed by Trump or

Israel, it will also be the outcome of our political stagnation.

### Palestine, the U.S., and the Middle East

#### Isabela Agostinelli:

I would like to ask something about the U.S. interest in the Middle East, particularly the Abraham Accords. Are they likely to expand with Trump's second term? Or are they likely to pause in light of the recent reconciliation between Saudi Arabia and Iran, mediated by China? What is the current state of U.S. hegemony in the Middle East?

#### Tariq Dana:

Over the past few years, U.S. strategy in the Middle East has shifted notably, partly in response to global power competition, particularly the rise of China. We're no longer in a unipolar world, and even American policymakers acknowledge that. What we're seeing is a multipolar global order taking shape, and the U.S. is recalibrating its position accordingly. Washington's focus is no longer just on managing the Middle East – it's increasingly centered on preparing for strategic competition with China. That means reducing direct military engagement in the region while still maintaining influence. This is essentially what U.S. policy circles call *offshore balancing*: securing regional dominance by relying

on local allies rather than deploying large numbers of U.S. troops or maintaining permanent bases.

The logic is simple: the U.S. wants to free up resources and attention for East Asia, but without losing strategic ground in the Middle East. So, rather than a withdrawal, we're seeing a reconfiguration of U.S. hegemony. And that's where the Abraham Accords come in. Trump's push to normalize relations between Arab states and Israel was not just about diplomacy, it was about creating a new regional security and economic architecture, with Israel at the center. The idea was to forge a U.S.-aligned bloc of Arab client states, Israel, and potentially others that could act in concert to stabilize the region, dismantle resistance and contain Iran, while enabling the U.S. to step back from direct entanglement.

But normalization has a precondition: the erasure of Palestine. Trump's "Deal of the Century" was designed to sideline the Palestinian question entirely. The assumption was that if Palestinians could be pacified through economic incentives – jobs, infrastructure projects, aid – then the issue could be quietly buried. The broader regional strategy hinged on this: normalize relations with Israel, build joint economic initiatives like the India–Middle East–Europe Corridor, and quietly end the Palestinian struggle by fragmenting and de-politicizing it.

However, this vision faced two major

shocks. First, the Chinese-brokered rapprochement between Saudi Arabia and Iran in 2023 signaled that the U.S. was no longer the sole power broker in the region. It showed that regional actors could, and would, turn to alternative global partners, especially China, for mediation and strategic cooperation. Second, and more dramatically, came October 7. The eruption of large-scale armed resistance in Gaza – and the Israeli genocidal response – upended the normalization agenda. It exposed the illusion that Palestine had been “dealt with.” Instead, it showed that the colonial question at the heart of the region remains unresolved and combustible.

As a result, the U.S. was pulled back into the region militarily – deploying naval fleets, intercepting missiles in the Red Sea, launching attacks in Yemen, and doubling down on support for Israel. This wasn’t the plan. The strategic goal was to pivot to Asia, not to be dragged back into the Middle East by a crisis they had hoped to bypass.

Now, as Trump returned, he will attempt to revive the Abraham Accords and push even more aggressively for normalization. But this time, the approach may shift. Instead of building normalization through diplomatic consensus or economic incentives, it might be enforced through coercion: pressure on Gulf and North African states to fall in line, deepen security coordination with Israel, and integrate further into the regional

architecture the U.S. has been trying to assemble.

But here’s the contradiction: for that model to work, Israel must be accepted as the central actor in the region, not just as a partner, but as a security and technological hub. The Gulf states, for all their wealth, are rentier economies – they produce oil and buy influence. Israel, by contrast, is presented as a productive, innovation-driven, militarily capable state, fully backed by the U.S. The vision is one of a regional order where everyone depends on Israel’s security, tech, and intelligence industries.

I’m not convinced it will work. The October 7th moment and the ongoing genocide in Gaza revealed that the idea of Israel as a stable anchor for regional order is an illusion. Far from being a source of stability, whose very existence, as a colonial regime, generates cycles of dispossession and resistance. Most importantly, it reminded the world that Palestine is the political fault line of the region. Any attempt to restructure the Middle East around Israel, while bypassing the Palestinian struggle, is destined to remain fragile and ultimately unsustainable.

This means that normalization now carries a higher political cost for regimes. And beyond the region, we’re seeing increased Chinese and Russian engagement, along with a growing erosion of U.S. credibility.

So yes, I believe Trump will push this agenda further. But the regional and global

conditions are changing rapidly. The U.S. may want to outsource regional policing to Israel and its allies, but the deeper structural problem remains: this is no longer a world where the United States can simply dictate terms. And Palestine is reasserting itself as the central contradiction in the region's political order.

**Interview conducted by:** Bruno Huberman and Isabela Agostinelli dos Santos

**Transcription:** Beatriz Maria Lamarca Lupetti

**Final editing:** Isabela Agostinelli dos Santos and Tariq Dana

## Notes

<sup>1</sup> This research was supported by the Brazil's National Council for Scientific and Technological Development (CNPq, process number 465460/2014-3).

<sup>2</sup> DANA, Tariq. Death dealers: Dynamics of Israel's permanent war economy. **Capital & Class**, p. 03098168241291350, 2024.

<sup>3</sup> SAID, Edward. The morning after. **The London Review of Books**, v. 15, n. 20, p. 3-5, 1993.

<sup>4</sup> USHER, Graham. Bantustanisation or bi-nationalism? An interview with Azmi Bishara. **Race & Class**, v. 37, n. 2, p. 43-49, 1995.